

Sande não quer mudar política

— A nossa sugestão não implica em qualquer alteração da atual política econômica do Governo, que não vai mudar e não deve mudar — frisou ontem o presidente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), Luis Sande, depois de voltar a defender o aumento de Cr\$ 9 a Cr\$ 10 bilhões das aplicações da Finame (Agência Especial de Financiamento) previstas para este ano.

E ao ser indagado se a sua opinião sobre a manutenção da atual política econômica não contradizia as recentes declarações do Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, ao qual o BNDE é subordinado, respondeu: "o Ministro não disse que a política econômica devia mudar. Disse que quando os objetivos forem alcançados (a queda da inflação), ela pode ser aliviada".

O presidente do BNDE explicou que a sua preocupação é a solução de alguns problemas específicos, que podem ser resolvidos pelo Sistema BNDE, como os da indústria de material ferroviário, que opera com elevada capacidade ociosa.

A manutenção da atual política econômica também foi defendida pelo ex-presidente do BNDE, Marcos Vianna, para quem os primeiros resultados já são observados na "quebra do ritmo de crescimento da inflação e redução do déficit da balança comercial". Na sua opinião, a pressão dos empresários paulistas para a mudança da política "fazem parte do processo democrático".

O resto é secundário

Mas o ex-Ministro Octávio Gouvêa de Builhões acha que o importante é só combater a inflação, "o resto é secundário". E mesmo

sobre a questão da necessidade eleitoral do PDS, ele insiste: "o resto é secundário".

O ex-Ministro acredita que "o Governo não deve mudar o itinerário no meio do caminho e deve manter a atual política ainda por algum tempo, até aumentarem as reclamações dos empresários".

O empresário Olavo Monteiro de Carvalho também concorda que a política econômica não deve ser alterada e destaca que "estamos no caminho certo". Mas o presidente da Trol, Dilson Funaro, fez várias críticas à administração da atual política financeira, que já limita há 21 meses a expansão dos meios de pagamento (papel moeda com o público + depósitos à vista nos bancos) em 50%, contra taxas de inflação que há um ano superam os três dígitos.

Segundo ele, o Governo não está conseguindo compatibilizar as taxas de juros internas com as cobradas no mercado internacional, já que estas oscilam em torno de 130% e as primeiras alcançam 150% e 160% ao ano, levando as empresas a aumentarem excessivamente seus custos. Ele destacou que "está havendo falta de gerenciamento da crise" e que o Governo "não está conseguindo administrar as exceções que estão aí".

O presidente do Grupo Itaú, Olavo Setúbal, frisou que no país já se convive com a abertura política mas ainda não há "abertura econômica", pois as decisões econômicas, como a fixação de preços, estão muito concentradas no Ministro do Planejamento.

Disse que a definição de recessão "é um pouco subjetiva", mas concordou com a afirmação do Governo de que não há recessão nacional, apenas setorializada. E disse que apesar das dificuldades da indústria há crescimento da atividade agrícola e estabilidade no setor terciário (da prestação de serviços).